

Gerdau defende juros fixos

Porto Alegre — O refinanciamento de parte da dívida externa brasileira com juros fixos é uma das sugestões do diretor-presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter. Ele defende que o país use todas as frentes possíveis para obter a renegociação, mas adverte que não se deve buscar um nivelamento comum com países devedores nem se fugir dos contratos com o sistema financeiro internacional.

Jorge Gerdau acha que o mercado interno está estagnado e que a recuperação econômica será lenta devido às altas taxas de juros. "O mercado cresceu, mesmo assim, com o aumento das exportações, que é a única forma de adicionar riquezas para o país."

Ao falar numa reunião-almoço no Clube dos Repórteres de Economia de Porto Alegre, Gerdau disse que "o nivelamento dos devedores não é interessante para o Brasil, que não é um país igual aos outros".

— O Brasil tem um superávit comercial inexistente em outros países. É importante usar a pressão política conjunta, entre os devedores, para encontrar soluções, mas essas soluções devem ser diferenciadas, ajustadas ao perfil de cada país — observou o empresário.

Jorge Gerdau Johannpeter não acredita em moratória generalizada, entendendo que o Brasil deve renegociar sua dívida "com dureza mas sem atitudes emocionais". Observou que "o Brasil é um dos grandes interessados em que os mecanismos financeiros internacionais e do comércio exterior continuem funcionando bem. O país só será plenamente desenvolvido quando obtiver fatias desse mercado e não teria sentido destruir isso. Devemos lutar para participar do clube dos desenvolvidos, sem tomar atitudes de país subdesenvolvido. O setor siderúrgico brasileiro exportou, em 1983, 5,3 milhões de toneladas, aumentando o mercado e o número de empregos".

O presidente do Grupo Gerdau disse que "é mais fácil botar a culpa no FMI do que arrumar a casa. Se não existisse o FMI, os países devedores teriam de tomar medidas semelhantes, austeras, para arrumar a casa". Para ele, o maior problema estrutural do país está numa melhor distribuição da poupança interna, já que o alto nível de estatização levou a investimentos sem retorno.